

BARREIRAS DE ACESSIBILIDADE PARA A INCLUSÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS NO ESPAÇO ESCOLAR

Jeniffer Kelly da Silva Moreira, acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná, campus de União da Vitória – PR. Josiane de Paula Droszak, acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná, campus de União da Vitória – PR. Ivanildo Sachinski, professor Mestre do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná, campus de União da Vitória – PR.

Contatos: Jeniffermoreiraaa@gmail.com

Josianedroszak@gmail.com

sachinski_educa@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo traz considerações sobre a importância da acessibilidade para a eliminação de barreiras em relação à inclusão dos deficientes físicos no espaço escolar, para assim, corroborar para a emancipação de sua educação e, por conseguinte, busca destacar algumas definições e contextualizações acerca desta temática. A pesquisa é de cunho teórico, contando com dados descritivos e reflexivos acerca da base teórica enfatizada. Objetivou-se compreender de que forma se desenvolveu a Educação Especial no contexto brasileiro, assim como, compreender a aplicação da inclusão no âmbito escolar, buscando refletir sobre este processo para então, analisar a estrutura, recursos pedagógicos e os preceitos normativos acerca da inclusão dos deficientes físicos na educação. Conclui-se que, o processo de inclusão destes alunos demanda do esforço de eliminar barreiras de acessibilidade, buscando criar um espaço escolar que potencialize o aprendizado do educando, respeitando sua especificidade, efetivando-se assim, seus direitos legalmente reconhecidos, portanto, é preciso buscar formas de evitar retrocessos acerca das conquistas alcançadas para a Educação Especial o que implicaria na segregação destes alunos.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Educação Especial. Deficiência Física.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender o contexto histórico da Educação Especial, destacando que, o seu desenvolvimento dentro do território brasileiro ocorreu de forma isolada da educação comum e com baixo investimento por parte das políticas públicas nacionais.

A sociedade passa a ter um novo olhar sobre as especificidades destes alunos, ocorrendo o surgimento de instituições especializadas, desenvolvida em ambientes separados para atender os alunos considerados “anormais” perpassando-os por um processo de segregação e, posteriormente, inicia-se um processo de inclusão destes alunos nas classes regulares.

Neste sentido, diante da base teórica enfatizada, abordou-se a seguinte problematização: como é realizada a inclusão dos alunos com deficiência física no espaço escolar? E, dessa forma, analisou-se o processo de inclusão destes sujeitos através dos recursos estruturais, pedagógicos e os documentos legalmente constituídos.

Neste sentido, ressalta-se que, no processo de inclusão dos alunos com deficiência física em âmbito escolar, apresentam-se diversas barreiras, como a inadequação do espaço físico para o recebimento destes sujeitos. Estas barreiras físicas precisam ser identificadas, de acordo com o contexto, para que possam ser suprimidas e possibilitar o acesso aos diversos ambientes do espaço escolar por estes alunos.

Além disto, é importante estar atento quanto às barreiras pedagógicas que dificultam o processo de aprendizagem destes alunos, sendo necessário que, tanto os professores, quanto a gestão escolar e governamental, estejam dispostos a desenvolverem ações para provocar as mudanças necessárias neste processo.

Justifica-se a relevância da pesquisa frente a Educação Especial, devido à construção de bases teóricas que enriquecem a comunidade acadêmica, através de informações analisadas e de conhecimentos estruturados metodologicamente, permitindo a reflexão dos conceitos abordados, tornando-os significativos. Portanto, o estudo é de cunho teórico, enriquecido com fontes coletadas e analisadas diante da temática proposta.

1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para compreender o processo de inclusão no Brasil, se faz necessário entender primeiramente como a Educação Especial se consolidou, é importante realizar-se um diálogo

com o passado. Na trajetória percorrida pela Educação Especial no Brasil, é perceptível que sua constituição ocorreu de forma separada da educação escolar comum fornecida às demais pessoas, além disso, “à educação especial no Brasil, apesar do pouco investimento e do descaso político, foi ganhando seu espaço de forma lenta, por meio da criação de inúmeras instituições” (DOTA; ALVES, 2007, p.2), neste sentido, foi ganhando notoriedade através da criação de instituições isoladas e voltadas para atendimento especializado.

No geral, a educação dentro do território brasileiro sempre foi deixada de lado “a questão educacional sempre esteve relegada à segundo plano, visto que o Brasil está em último lugar na evolução de gastos com a Educação” (DOTA; ALVES, 2007, p. 3), dessa forma, pensar em uma Educação Especial tornou-se um grande desafio. A Educação Especial no Brasil passa então a ser desenvolvida dentro de algumas instituições voltadas para o atendimento especializado. Inicialmente a “educação especializada” surge através de iniciativas entre os poderes público e privado, resultando em classes especiais e instituições especializadas (KASSAR; REBELO, 2011) tendo como marco legal a criação do “Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos-mudos, na cidade do Rio de Janeiro” (DOTA; ALVES, 2007, p.3), mas o que ocorre é a deterioração dos espaços especializados pois, muitos eram usados como espaço para manter em isolamento da sociedade, aquelas pessoas consideradas como “anormais”.

Dessa forma, “os espaços “especializados” eram preferencialmente separados e vistos como os mais adequados para o atendimento de pessoas consideradas “anormais” para os padrões vigentes” (KASSAR; REBELO, 2011, p. 2), portanto, no decorrer da história da Educação Especial brasileira, buscava-se separar os alunos em “normais” (sem nenhum acometimento físico ou mental) e “anormais” (que necessitavam de alguma forma de atendimento).

Neste sentido, a Educação Especial tornou-se um espaço isolado da educação comum, sem nenhuma ligação, materializando-se em um sistema paralelo de ensino dos quais eram inseridos para ter uma reabilitação, era uma forma de buscar a “cura” para aqueles sujeitos (KASSAR; REBELO, 2011).

A educação pública em geral no Brasil, tinha pouca atenção e, é neste cenário que a Educação Especial se constitui, segundo Kassar e Rebelo (2011) esta separação de alunos foi utilizada para organizar-se as salas de aula homogêneas, dessa forma, o atendimento voltado para pessoas consideradas “anormais” direcionou-se para a organização de instituições especializadas, “o interesse pela educação dos deficientes começa com os serviços de higiene mental e saúde pública, que deu origem à inspeção médica escolar. (DOTA; ALVES,

2007, p. 4), e assim, continuou crescendo o número de entidades para o atendimento dos deficientes e, neste sentido, inicia-se um processo de segregação destes sujeitos, com classes e instituições voltadas para o atendimento clínico,

[...] lembramos que nossa história de atendimento especializado (de classes especiais e instituições especializadas) mereceu críticas por seu caráter segregador e eminentemente clínico, descolado de sua função educacional/escolar. Encontramo-nos hoje diante do desafio de construir possíveis caminhos que levem à formação de uma educação especial que realmente colabore com a educação escolar de crianças sob uma perspectiva educacional, sem, no entanto, apagar ou ignorar as necessidades de indivíduos com características muitas vezes muito específicas (KASSAR; REBELO, 2011, p. 15).

Inicialmente, pensava-se apenas no enfoque clínico, sem se preocupar com as questões voltadas para a aprendizagem destes alunos, somente a partir da década de 1990 que se tem um olhar para a Educação Especial com a necessidade de pensar-se na questão pedagógico/educacional (KASSAR; REBELO, 2011), com a obrigatoriedade da educação para todos através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, passou-se a pensar nas escolas especializadas dentro das instituições, travando-se uma luta de reconhecimento destes sujeitos, que muitas das vezes eram visto apenas com o olhar médico e não pedagógico. Nota-se como estes alunos eram segregados, não tinham seu reconhecimento como sujeitos participantes da sociedade e que necessitavam de espaços que proporcionassem o seu desenvolvimento educacional.

“Nesse período temos a influência das concepções difundidas por organismos multilaterais no corpo das formulações das políticas educacionais brasileiras [...]” (KASSAR, REBELO, 2011, p.8), nesta perspectiva, no ano de 1990, o Brasil fez parte da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia, comprometendo-se a assegurar a universalização da educação a todos os cidadãos e segundo relatório da UNESCO, a Educação Especial ocorria predominantemente nas escolas especiais isoladas, conforme destaca Novak (2015, p. 24), o país,

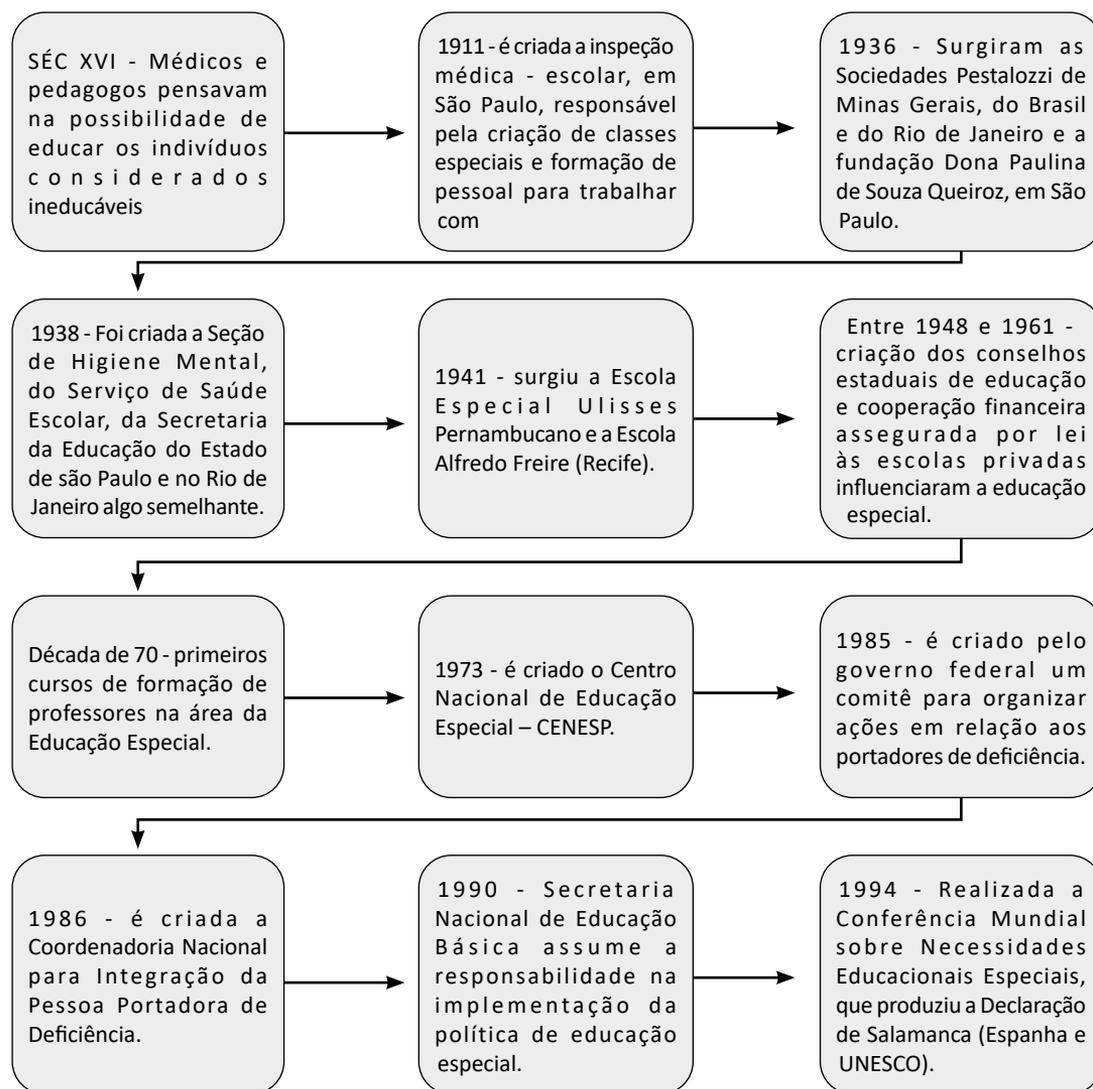
assumiu o compromisso político de atribuir alta prioridade política e financeira ao aprimoramento do sistema educacional, tendo como meta deixá-lo apto a incluir todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. e, assim, indicam a necessidade de fornecer educação não somente em escolas e centros especiais, mas as escolas deveriam acolher estes alunos.

E, dessa forma, posteriormente, promulga-se ainda na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, abordando em um de seus artigos que, as escolas

devem adequar-se para atender a todas as crianças, independentemente de qualquer etnia, cultura ou diferenças sociais, e, a partir daí, passa-se a destacar a questão da inclusão escolar, tal termo ganha força no Brasil, substituindo a “integração” pela “inclusão” dos alunos.

A seguir, apresenta-se na Figura 1, uma linha do tempo sendo baseada em alguns dos principais eventos e mudanças da história da Educação Especial no Brasil, contextualizando parte de seu processo histórico.

FIGURA 1 – Linha do tempo “Processo histórico da construção da Educação Especial no Brasil”.



FONTE: Dados obtidos a partir de Dota e Alves (2007)

Nota-se que, a partir dos dados obtidos, houve muito desinteresse por parte das políticas públicas em relação à Educação Especial principalmente no que se refere à inclusão destes alunos, no entanto, desde o século XVI médicos e pedagogos pensavam na possibilidade de educar indivíduos especiais, e, com algumas medidas, criou-se algumas instituições sendo que, após a proclamação da República, a educação especial expandiu-se.

Conforme aponta Dota e Alves (2007), os deficientes em geral (surdos, cegos, deficientes mentais, etc.) passaram por diversas dificuldades ao longo da história, muitos eram designados com termos pejorativos. A grande parte destes deficientes eram encaminhados para asilos, sem reconhecimento. Assim sendo, a Educação Especial no Brasil se desenvolveu de forma lenta e com pouco investimento e, percebe-se que as instituições que fundaram-se tinham um caráter mais assistencialista.

Dessa forma, Kassar (2011) aponta que, é perceptível que a Educação Especial dentro do contexto brasileiro se constituiu de forma isolada, passando por diversos desafios e, separar estas crianças das demais sempre foi vista como a “solução” principal para a Educação Especial, e mesmo com o implemento de leis voltadas para o atendimento educacional especial, ainda encontram-se muitos entraves para a implementação de uma Educação Especial Inclusiva atualmente, pois existem diversos fatores que precisam ser analisados, como a estrutura física e materiais pedagógicos para receber estes alunos, o que acaba limitando esta inclusão. É necessário a implementação de políticas públicas efetivas que auxiliem no fornecimento de uma Educação Especial de qualidade, subsidiando as instituições escolares com todos os equipamentos e profissionais capacitados do qual necessitam.

2 A INCLUSÃO DE DEFICIENTES FÍSICOS NA EDUCAÇÃO: PRECEITOS NORMATIVOS

Nos termos da legislação, a Educação Especial passa a ser uma modalidade de ensino, nas disposições do capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, (BRASIL, 1996), “Art. 58. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” neste caso, indica que a Educação Especial pode ocorrer de forma separada ou concomitante com o ensino regular, mas que ocorra sempre que possível nas classes regulares, o que demonstra uma iniciativa de inclusão nas normativas.

No mesmo capítulo, expõe-se que:

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.
§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular

Neste sentido, de forma normatizada, a inclusão deve ocorrer sempre que possível, dentro da classe regular, permitindo que este aluno tenha a efetivação de seu direito à educação. Ainda neste aspecto, ao se tratar da inclusão destes alunos no espaço escolar comum, é importante destacar que, de acordo com a Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas (BRASIL, 2009, p.21),

[...] a inclusão escolar é um movimento mundial que condena toda forma de segregação e exclusão. Ela implica em uma profunda transformação nas escolas, uma vez que envolve o rompimento de atitudes de discriminação e preconceito, de práticas de ensino que não levam em consideração as diferenças, e de barreiras de acesso, permanência e participação dos alunos com deficiência nos ambientes escolares.

Por estes aspectos destacados, para a inclusão dos alunos especiais dentro das salas de aula de ensino regular, é necessário que sejam acolhidos de forma respeitosa e que o espaço físico possa atender as especificidades de cada aluno, portanto, há a necessidade de, ao se tratar de alunos que possuam alguma deficiência física, estes possuam recursos pedagógicos e uma estrutura física, que assegurem sua permanência e aprendizagem neste espaço, eliminando o máximo possível de barreiras de acesso.

Define-se como pessoa com deficiência, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no Capítulo I:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, [...] o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Concomitantemente, reconhecendo as peculiaridades da pessoa com deficiência física, o Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89 em seu art. 4º também define a pessoa com deficiência física, como aquela que possua,

I – [...] alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Portanto, é notável que nas disposições legais há o reconhecimento da pessoa com deficiência física e seu direito de participação junto à sociedade, abordando a escola e, a existência de barreiras de acessibilidade, das quais, para garantir a acessibilidade, minimizando algumas desigualdades e permitir a inserção destas pessoas no espaço escolar, é necessário eliminá-las.

Consideram-se barreiras de acessibilidade, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, disposto no Capítulo I, Art. 3º:

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...].

Assim sendo, a lei reconhece direito ao acesso dos alunos com deficiência física na educação escolar regular, exercendo atividades com as demais pessoas em sociedade, buscando eliminar qualquer forma de barreira existente para evitar que se reproduzam processos de exclusão ou segregação destes alunos.

3 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos da pesquisa foram utilizados procedimentos de caráter exploratório e qualitativo. A pesquisa exploratória em “seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado” (GIL, 2002, p. 2), permitindo assim, alinhar fatores teóricos ao estudo por meio de pesquisa bibliográfica.

Portanto, o trabalho utilizou-se de pesquisa bibliográfica, por meio da tipologia de método científico dialético, pois “a dialética fornece as bases para uma interpretação

dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente [...]” (GIL, 2008, p.14), dessa maneira, através de procedimentos de caráter exploratório, analisou-se os fatores de acessibilidade para a eliminação de barreiras em relação à inclusão dos deficientes físicos no espaço escolar.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Compreende-se a partir da base teórica enfatizada que, as barreiras fornecem dificuldades e impossibilitam a participação das pessoas com deficiência física no processo educacional, neste caso, tem-se, por exemplo, diversas formas de barreiras dentro da Educação Especial, destacando-se as barreiras arquitetônicas/físicas e pedagógicas.

As barreiras arquitetônica e/ou físicas dentro da escola, referem-se quanto a não existência de uma boa área de circulação, com estruturas que podem impedir que o aluno com necessidades físicas especiais tenha acesso a determinadas áreas do espaço escolar, neste sentido, o Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas (BRASIL, 2009, p.21) aponta que é possível considerar as barreiras físicas como “[...] elementos naturais ou construídos, que dificultam ou impedem a realização de atividades desejadas de forma independente”, dessa forma, árvores e postes no espaço de locomoção dos alunos, portões, calçada e portas estreitas, o mobiliário das salas de aula, acesso ao banheiro de forma inadequada, pois é necessário um banheiro adaptado com a altura da pia, maçanetas, etc., a falta de rampas e demais aspectos, correspondem a uma estrutura arquitetônica que não corrobora com o processo de inclusão.

Portanto, pode-se “[...] considerar que as barreiras arquitetônicas são naturais, ambientais ou resultantes de iniciativas urbanísticas que impedem a acessibilidade de pessoas que necessitam circular livremente no meio urbano e principalmente nos edifícios públicos” (BRASIL 2006, p.14) e, incluir os alunos com deficiência física no espaço escolar, necessita a garantia de acessibilidade a este ambiente, eliminando as barreiras que os impedem de interagir neste espaço e provocavam medo e desafios.

Assim sendo, para garantir que estes alunos possuam condições de acesso ao espaço escolar, é preciso, inicialmente, a identificação destas barreiras físicas, determinando assim, quais dificuldades apresentarão neste ambiente, impossibilitando-os sua participação, para tanto, é preciso se ter claro quais “[...] as habilidades e dificuldades específicas de cada aluno. A partir desse reconhecimento, é possível identificar as necessidades quanto aos recursos pedagógicos e de acessibilidade em relação às características físicas dos ambientes

escolares” (BRASIL, 2009, p.15) e, dessa forma, possibilitar que estes alunos possam interagir com o ambiente e as demais pessoas que dividem este espaço.

É necessário a realização de um “diagnóstico” do espaço escolar, a partir das dificuldades e habilidades específicas dos alunos para tornar o ambiente escolar inclusivo.

Ambientes escolares inclusivos devem possibilitar não só o acesso físico, como permitir a participação nas diversas atividades escolares para todos – alunos, professores, familiares e também funcionários da escola. As características dos espaços escolares e do mobiliário podem aumentar as dificuldades para a realização de atividades, o que leva a situações de exclusão. Um simples degrau, por exemplo, impede o acesso à sala de aula para um aluno que utiliza cadeira de rodas. A colocação de uma rampa, com inclinação apropriada, elimina essa barreira física e permite o deslocamento desse aluno (BRASIL, 2009, p.15).

Dessa forma, é necessária uma organização no espaço físico para permitir a acessibilidade espacial dos deficientes físicos, possibilitando que estes alunos possam se situar no ambiente, locomover-se e orientar-se, sem correr riscos de qualquer forma. Como solução, para tornar o ambiente físico escolar acessível, Silva e Volpini (2014, p.25) apontam que, “[...] para fazer valer os direitos à acessibilidade na escola é necessário fazer o uso da legislação para que possamos de fato ver ambientes escolares se transformando em ambientes acessíveis e acolhedores”, adaptando a estrutura física para proporcionar um ambiente agradável, extinguindo qualquer barreira física, promovendo a igualdade de condição entre as pessoas, permitindo que todos tenham participação, sem discriminação ou distinção.

Em relação às barreiras pedagógicas, no que se referem aos materiais, tecnologias e profissionais, para a efetivação da participação e aprendizagem dos alunos, Silva e Volpini (2014, p.27) destacam que, por exemplo, em relação aos recursos e práticas pedagógicas destinadas a estes alunos,

[...] podem ser utilizados algumas adaptações bem como: tesoura adaptada com arame revestido, tesoura adaptada em suporte fixo e tesoura elétrica por acionador, se mesmo assim o aluno não conseguir utilizar este recurso, opta-se por atividades coletivas em que os amigos têm a oportunidade de ajudar uns aos outros. Na área de desenho, pintura e escrita, podem-se encontrar os seguintes materiais adaptados: aranha-mola (mola entre o dedo com o lápis no meio), pulseira imantada (pulseira no braço do aluno), engrossador de espuma (espuma grossa no lápis), Órtese (uma bola de borracha na ponta do lápis), podendo utilizar o engrossadores de espumas em pinceis, cola, tintas, entre outros.

Nota-se que, existem diversos recursos que podem ser utilizados para eliminar as barreiras pedagógicas, desde materiais adaptados, quanto à questões práticas, referente a

organização das atividades realizadas em sala de aula, incluindo os alunos com deficiências, dessa forma, “o educador deve orientar seus alunos, no sentido de acolher e compreender as limitações físicas dos colegas e os diferentes meios de comunicação utilizados por eles, para que haja uma melhor interação social entre todos” (BRASIL, 2006, p.15), proporcionando o desenvolvimento do respeito entre os colegas de classe, sendo estes, um dos processos rumo à inclusão, pois ela só é atingível quando “[...] todos que fazem parte do dia a dia na convivência com o aluno com NEE colaboram com eles e, especialmente, aqueles que estão ajudando na construção da inclusão, para que a escola seja um lugar de aprendizado havendo, portanto, qualidade de vida” (NOVAK, 2015, p.26).

No entanto, a responsabilidade dessas adaptações não deve recair somente aos gestores escolares e professores, é uma questão de administração pública, como aborda Novak (2015, p.32):

Cabe a Administração Pública atender as necessidades especiais dessas pessoas, adaptando ruas e logradouros para sua melhor locomoção, eliminando barreiras arquitetônicas, adaptando o seu local de trabalho e/ou estudo, além de melhorar a oferta de serviço de transporte, indispensável na vida cotidiana.

Corroborando com a autora supracitada, existem ainda, as barreiras político-administrativas, ou seja, formas que impedem os direitos destes sujeitos, devido a ineficaz gestão dos órgãos governamentais (PARANÁ, 2006), portanto, é necessário que as Políticas de Gestão Pública, busquem formas de atingir equidade, ou seja, não apenas dar o direito de estar na sala comum ao aluno com deficiência física, com os demais alunos, para além, é eliminar toda as barreiras que impedem a potencialização de seu ensino e plena participação em sociedade, possibilitando que estes tenham diversas oportunidades, reconhecendo-os e lhes auxiliando para que possam ter seus direitos supridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial perpassou por diversos momentos que levou a segregação dos alunos no contexto histórico brasileiro, até ter seu verdadeiro reconhecimento. Os documentos passaram a buscar um novo olhar acerca das diferenças humanas, apontando orientações para ajustar o sistema de ensino, criando-se espaços inclusivos, em que os alunos com deficiência física pudessem interagir com as demais pessoas.

Neste sentido, estes documentos abordam a eliminação de barreiras de acesso à educação, destacando-se as de perspectiva arquitetônica, apontando a necessidade de uma adaptação dos espaços físicos escolares para receber estes alunos e, relativo as barreiras pedagógicas, destacando-se a potencialização do ensino dos educandos.

É importante as adaptações das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes em sala de aula diante destes alunos, de forma a desenvolver mais do que ações que visam flexibilizar o currículo escolar, mas proporcionar sua efetiva participação, de acordo com a necessidade especial que apresenta, realizando em seu fazer pedagógico, a busca por eliminar as barreiras que impedem a participação dos alunos com deficiência física no espaço escolar.

E assim, algumas ações de professores e equipe conseguem articular frente a uma criança com deficiência física é compreender o que é sua deficiência, seus variados efeitos nas pessoas e como o aluno se adapta a ela. Dessa forma, entendendo o processo de adaptação do aluno, deve-se levar em conta o contexto e a especificidade de cada um, para pensar em que recursos contribuirão para sua adaptação e participação nas aulas, pois em meio a este campo de batalha de leis que garantem a participação do aluno com suas singularidades dentro do espaço escolar e que também cobram desempenho dos educadores, o professor é uma ferramenta de suma importância, tanto no ensino regular quanto no ensino especial, pois é ele quem transmitirá conhecimento a esses alunos que aprendem cada um de sua maneira, é necessário que os educadores estejam preparados para receber tal demanda e sua necessidade.

Além disso, pensar na organização do ambiente, tornar a sala de aula e todo o espaço escolar, o máximo possível adequado, ofertando um espaço sem riscos e que este aluno possa desenvolver suas potencialidades, além disto, um ponto importante é, além de buscar seu desenvolvimento de forma pedagógica, desenvolver a empatia com os demais alunos, criando um ambiente acolhedor.

Assim, o professor não deve estereotipá-los ou subestimá-los, mas reconhecer a capacidade de aprendizagem destes alunos. Portanto, professor e equipe, devem adaptar-se, em questão de recursos didáticos, espaço na medida do possível, e, na convivência, pois estes alunos possuem o direito de estar e conviver em sociedade, sem formas de discriminação.

Além de que, a equipe pedagógica deve auxiliar alunos e professores nesse momento, é a colaboração de todos os envolvidos, é uma luta diária para que estes alunos não voltem a ser segregados pela sociedade.

Ademais, é necessário a efetivação das políticas públicas para a inclusão destes alunos, sendo necessário pensar-se em estratégias pedagógicas, pensando-se no estabelecimento de

oportunidades de participação para que os educandos permaneçam na escola desenvolvendo suas potencialidades, na medida de suas especificidades, uma vez que, é dever do Estado a implementação de políticas públicas efetivas que auxiliem no fornecimento de uma Educação Especial de qualidade dentro das instituições de ensino regulares ocasionando o seu fortalecimento, permitindo a inclusão destes alunos e evitando retrocessos.

Portanto, a eliminação das barreiras de acessibilidade para a inclusão dos deficientes físicos no espaço escolar dentro do atual contexto educacional da perspectiva da inclusão, demanda do esforço de todos os sujeitos, é tanto uma questão social, quanto pedagógica, pois a inclusão atual é o reflexo da Educação Especial que foi se constituindo no decorrer da história, dessa forma, não basta somente dentro da lei incluir estes alunos na escola, é preciso que os professores regentes adaptem os conteúdos curriculares de forma a atendê-los e, entender, as necessidades educacionais destes indivíduos, priorizando sua aprendizagem e que o Estado desenvolva seu papel frente a este processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 23 dez. 1996, p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

_____. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível**. Brasília: MEC, 2009.

DOTA, F. P.; ALVES, D. M. Educação especial no Brasil: uma análise histórica. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, Garça, v. 5, n. 8, maio 2007. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/5csc0c>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 27, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602011000300005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 24 nov. 2020.

_____.; REBELO, A. S. O “Especial” na educação, o atendimento especializado e a Educação Especial. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 6., 2011, Nova Almeida. **Anais...** Nova Almeida, 2011. p.1-17. Disponível em: <<http://ppees.ufms.br/wp-content/uploads/2015/02/M%C3%B4nica-Kassar-E-Andressa-Rebello-SNPEE.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

NOVAK, M. F. C. **A importância da acessibilidade e inclusão de deficientes físicos nas escolas**. 41 f. 2015. Monografia (Especialização em Educação em Direitos Humanos) – Universidade Federal do Paraná, Irati, 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45352/R%20-%20E%20-%20MARIA%20FERNANDA%20COSTA%20NOVAK.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares para a construção de currículos inclusivos**. Curitiba: SEED, 2006.

SILVA, F. N. R. da; VOLPINI, M. N. Inclusão escolar de alunos com deficiência física: conquistas e desafios. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, v. 1, n. 1, p. 18-29, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014073755.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2020.